

Quando o capital não investe, o trabalho morre

» RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Advogado, presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ)

O lavo Bilac foi um incansável jornalista. Escreveu durante anos nos mais importantes periódicos paulistas e cariocas. Foi um cronista de primeira grandeza. Sua linguagem se transforma aos poucos e envereda cada vez mais pela objetividade e conexão. A Companhia das Letras reuniu algumas de suas principais crônicas no livro *Vossa Insolência*, que acaba de reler. Sua linguagem se caracteriza principalmente pela concisão.

Em uma de suas crônicas — *Metrópole de desocupados*, Bilac registra o grave problema social da falta de mão de obra, do desemprego, que persiste em dimensão geométrica.

Quem não trabalha por não achar trabalho não merece crítica. Bilac compara com as próprias abelhas que são a margem viva do trabalho mais infatigável, envelheceriam e morreriam depressa se, em todo o perímetro da porção de terra explorada pelo seu voo, não achassem onde colher a matéria-prima para sua indústria.

Sua constatação se aplica à atual questão social brasileira. Milhares de irmãos sem ocupação de trabalho. A crise afetou o setor industrial, principalmente, acarretando cerca de 13 milhões de brasileiros sem ocupação. E, quando o capital não investe, o trabalho morre. É uma das principais políticas que o governo Lula/Alckmin, que acaba de ser eleito, tem que avaliar, criar política pública e resolver.

Quando os pobres têm alegria, tudo vai bem. A tristeza de gente pobre é terrível e dolorosa, porque é a tristeza dos que não pedem muito, dos que pedem pouco. Bilac adverte — quem tem pena dos ambiciosos que só se satisfariam se pudessem meter o sol na gaveta e as 12 constelações do zodíaco dentro do bolso do colete? Para os insaciáveis, a tristeza é um castigo merecido e necessário, mas, para os modestos, ela é uma injustiça que dói e desespera.

Administrar não é somente gerir, é também assistir, acudir e prover. Quem administra não pode dar riqueza a todos. Mas pode e deve dar trabalho aos homens de boa vontade. Dar trabalho não é ministrar socorro, é ministrar justiça (ob. cit. pg.237). O notável cronista conclui: Permita o céu que o Lázaro agora ressuscitado não tome a meter-se na cova por sua própria vontade — e que se perpetue o trabalho que é a alegria do pobre!

Josué de Castro foi um médico nutrólogo e contra o pensamento da época (século 20) que atribuía a miséria às condições naturais, climáticas e étnicas. Foi o primeiro a defender a instituição do salário mínimo como garantia de segurança alimentar das famílias. Destacou-se por combater o

que considerava a causa principal do atraso econômico e social do Brasil: a fome.

Nascido em Pernambuco e filho de retirantes, Josué, orgulhoso de sua origem nordestina, revolucionou a compreensão dos aspectos sociais do subdesenvolvimento e da fome. Seu livro *Geografia da fome* — 1946 — se tornou uma referência para análise dos aspectos sociais do subdesenvolvimento. Ele atribuía a fome ao fruto da ação humana e da condição econômica do Brasil. Formulou uma política de merenda escolar com o objetivo de reduzir a subnutrição infantil, além de ser defensor da reforma agrária convencido de que a agricultura familiar fixaria o homem ao campo

garantiria a produção de alimentos necessários para a superação da miséria.

O competente cineasta e escritor Rodolfo Nanni dedicou um dos seus premiados trabalhos ao tema no filme *O drama das secas*. Baseado nos encontros que manteve com Josué de Castro, escreveu — *Quase um século e O retorno*.

No início do governo Lula/Alckmin, vale rever as obras desses renomados escritores e firmar uma política pública que combata um dos maiores males brasileiros. Os números são alarmantes. Por essa razão, fundamental a elaboração de políticas públicas que proponham soluções para enfrentar, amenizar e se possível resolver essa grave questão: a fome.

O SUS respira aliviado

» IVANA MARIA SAES BUSATO

Especialista em saúde coletiva e administração pública, professora da Escola Superior de Saúde Única do Centro Universitário Internacional Uninter

O SUS é a maior política pública de inclusão na saúde, resultado da luta popular, que foi garantido pela Constituição Federal de 1988. Por que o Sistema Único de Saúde respira aliviado com a eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva? As Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil da Coligação Brasil da Esperança reafirmam de forma contundente que a saúde é o direito à vida e se comprometem com o fortalecimento do SUS público e universal, aprimorando sua gestão, valorizando e formando os profissionais de saúde e retomando políticas como Mais Médicos e Farmácia Popular, além da reconstrução e fomento ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde.

Cabe ressaltar que nos últimos anos o governo federal desestabilizou o pacto federativo, nas responsabilidades compartilhadas entre municípios, estados e União. Estados e municípios têm comprometido cada vez mais recursos financeiros, muito além da Emenda Constitucional 29/2000.

Destacando o golpe realizado em 15 de dezembro de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, aprovada no final do governo Temer em acordo com o governo do presidente Jair Bolsonaro, retirando conquistas de aumentar o financiamento da saúde por 20 anos.

Em 2022, o SUS completou 34 anos de história precisando de unidade e amplitude. A proposta de governo da coligação ainda aponta que “é urgente dar condições ao SUS para retomar o atendimento às demandas represadas durante a pandemia, atender as pessoas com sequelas da covid-19 e retomar o reconhecido Programa Nacional de Vacinação”.

Outro ponto que destacamos na proposta de governo eleito refere-se à ciência, apontada como essencial para a inovação tecnológica e social, assegurada por meio da liberdade de pesquisa, em suas distintas dimensões. Com fomento do governo federal nas políticas públicas e para a gestão em todos os

níveis, integrando o território nacional, bem como para o aproveitamento sustentável das riquezas do país, a geração de empregos qualificados e o enfrentamento das mudanças climáticas e das ameaças à saúde pública.

O próximo governo tem grandes desafios para o SUS: promover a integração, estruturar as redes de atenção, reconquistar a Política Nacional de Imunização, evitando que doenças já erradicadas voltem ao Brasil, equacionar o piso da enfermagem, retomar as discussões de financiamento do governo federal, entre tantas outras prioridades.

Porém, o novo governo eleito deve atuar imediatamente. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) vem denunciando o corte de R\$ 22,7 bilhões para 2023 em relação a 2022. Destacamos que o CNS ressalta que o “Ministério da Saúde fez essa programação orçamentária para 2023 com base no Plano Nacional de Saúde 2020-2023 reprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, em maio de 2021. Portanto, o procedimento é totalmente ilegal e inconstitucional, porque desrespeita a diretriz da participação da comunidade no SUS”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Não adianta esconder

Muitos historiadores consideram que a Proclamação da República, nos moldes como foi realizada em 15 de novembro de 1889, se constituiu, claramente, num golpe de Estado que marcou o fim do Brasil Império e o início de um novo sistema de governo. O que nascia, de forma torta e um tanto improvisada, não poderia gerar outras consequências que não crises institucionais cíclicas. Até mesmo a Constituição de 1890, dada a pouca experiência dos novos mandatários, teria que ser copiada dos Estados Unidos e imposta a uma cultura que muito se diferenciava dos irmãos do Norte.

Tratou-se aqui de uma revolução circunscrita aos núcleos urbanos, defendida por jornalistas, advogados, médicos, latifundiários, parte do clero, maçonaria e outros grupos ligados às classes mais escolarizadas. O grosso do país, que residia na área rural, nem ao menos ficou sabendo dessas mudanças e do exílio imposto, da noite para o dia, para a família real.

Dizer, pois, que a Proclamação de 1889 foi movida pelos ventos da modernidade daquele período, é uma balela. Nem mesmo a população dos poucos núcleos urbanos existentes naquele período no Brasil ficaram sabendo da novidade e de seus dobramentos.

Havia nesse movimento tipicamente de gabinetes e de conchavos, um apelo falso pelas liberdades e pela democracia, embora o principal protagonista desses apelos, representado pelo povo, tivesse sido mantido à margem do processo. Era a tal da democracia sem povo, como ainda hoje se verifica, quando os próceres da atual República resolvem, em reuniões fechadas, o destino da nação. Talvez por essa e outras razões ligadas a um passado ainda mal resolvido, todas as grandes manifestações populares são vistas com surpresa e até um certo temor pelos donos do poder.

Nada assusta mais um mandatário neste país do que ver multidões nas ruas clamando por seus direitos. Acreditar que o povo só é importante no momento em que está diante das urnas tem sido um desses problemas que nos mantém presos ao passado. Essa questão ganha ainda mais relevância e mais riscos quando, em pleno século em que a interconectividade mundial das redes via Internet assume um papel crucial nos movimentos populares, elevando o clamor das gentes e incendiando cada canto do planeta e em especial a nossa pátria pela liberdade.

Por isso, fechar os olhos ao que ocorre hoje, neste 15 de novembro de 2022, ao que acontece em todo o país, com famílias inteiras protestando nas ruas das principais cidades brasileiras, pode ser visto como uma repetição daquela Proclamação de 1889, em que as autoridades acreditavam que o povo era apenas uma concepção abstrata e sem maiores importâncias.

As manifestações populares, chamadas por uns poucos desavisados, de protestos da extrema direita, são, quer queira ou não, manifestações legítimas, vindas das ruas. Fechar os olhos e ouvidos ao que se passa agora nas ruas de todo o país não tem o poder de fazer com que elas inexistam. Há uma proclamação pela coisa pública e um clamor retumbante vindo agora das ruas. E isso é fato, não adianta esconder.

» A frase que foi pronunciada

Bom cidadão é aquele que não tolera na pátria um poder que pretenda ser superior às leis.

Cícero

Comissão de frente

» Veja no *blog do Ari Cunha* o vídeo da reunião que aconteceu no início do ano, quando “A Convencional” Maria Rivera apresentou a proposta de criação de uma Assembleia Plurinacional de Trabalhadores e Povos que seria responsável pela gestão da Justiça, economia e decisões políticas.

Antidemocrático

» Autoritário, absoluto, arbitrário, dominador, despótico, opressor, tirano, tirânico, dominante, autocrata, déspota, ditador, dogmático, imperativo, imperioso, magistral, mandão, opressivo, oprimente, ditatorial, iliberal, autocrático, absolutista, cesarista, discricionário, dominativo, totalitário, totalitarista, impositivo.

Alethea

» Nosso querido Ari Cunha adorava contar essa fábula, sempre atual. Era o sapo que ia atravessar o rio e ouviu o grito do escorpião pedindo uma carona. Mas promete que não vai me matar? Disse o sapo desconfiado. Claro que não! Argumentou o escorpião. Se eu matar você, morreremos os dois! Argumento irrefutável. No meio do rio não deu outra. As toxinas escorpiônicas espalharam pelas costas do sapo agindo nos neurotransmissores do sistema nervoso autônomo. A intensidade do veneno foi grande, mas o pobre sapo ainda perguntou: Por que? Por que essa é a minha natureza.

» História de Brasília

A saída do dr. Magalhães, do Departamento de Edificações da Novacap tem sido muito sentida. Competente, e conhecedor dos problemas do seu Departamento, sua ausência está sendo sentida em todas as horas. (Publicada em 13.03.1962)